

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTUDANTE DE DIREITO E POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA – UM ESTUDO A PARTIR DO ENADE 2006 E 2012

Rosane Magaly Martins

Stela Maria Meneghel

Jussete Rosane Trapp Wittkowski

RESUMO: Dentre os países latino-americanos, o Brasil é dos que mais ampliou o número de matrículas na Educação Superior (ES) nos últimos vinte anos, seguindo diretrizes das Conferências Regionais de Educação Superior da América Latina e Caribe (1996 e 2008). Na mesma perspectiva, desde meados da década passada implementa fortemente Políticas de Ações Afirmativas (PAA) visando promover democratização e equidade neste nível de ensino. Neste contexto, os cursos de Direito (um dos mais antigos do continente latino-americano) passaram por significativa mudança no perfil do estudante (Ristoff, 2014; Letichevsky et ali, 2016). Mas as PAA oportunizam que uma população excluída possa ingressar na ES, sem necessariamente implicar sua efetiva participação na vida acadêmica (Santos, Sampaio e Carvalho, 2015). Considerando que origem social e situação econômica da família são determinantes das condições e qualidade da formação, e ainda que necessidade de trabalhar e horas de dedicação ao estudo definem a trajetória do jovem na ES, visamos identificar em que medida, em cursos de Direito, as PAA impactam na formação dos estudantes. Para tanto, foram comparados dados do perfil socioeconômico de participantes do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) em 2006 e 2012, obtidos no sítio do Inep/MEC. A análise teve por foco informações sobre: cor; renda mensal da família e relação com o trabalho, horas dedicadas ao estudo e frequência de uso da biblioteca. Como resultado identificamos que as PAA tem sido fundamental para democratizar o acesso nos cursos de Direito. Os negros e pardos/mulatos passaram de 21,5% em 2006 para 32,4% em 2012. No mesmo período, a concessão de bolsas Prouni cresceu 195,2%, e o financiamento por meio do FIES 528%. A renda familiar dos concluintes foi significativamente alterada: o percentual até 3 salários mínimos passou de 12,4% em 2006 para 25,5% em 2012, e a faixa acima de 10 salários mínimos caiu de 43,6% para 23,8%. Quanto ao trabalho, houve leve aumento do percentual de estudantes sustentados pela família (de 25,6% em 2006 para 29,4% em 2012), bem como redução de estudantes-trabalhadores: diminuíram os que precisam trabalhar para se sustentar (13,5% em 2006; 12,9% em 2012), os que trabalham e ajudam a família (16,6% em 2006; 12,5% em 2012) e os responsáveis pelo sustento da família (11,2% em 2006; 8,7% em 2012). As condições de estudo foram bastante modificadas: a frequência de uso das bibliotecas passou de 24,8% em 2006 para 42,3% em 2012; e o percentual dos que estudam acima de 8 horas semanais cresceu de 9,5% para 16,8% no mesmo período. O conjunto de dados denota efetividade das PAA e políticas de financiamento para o acesso, a permanência e aumento de melhores condições de formação dos concluintes de Direito entre 2006-2012.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Políticas de Ação Afirmativa. Estudantes de Direito. Enade. Qualidade da Formação.